

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA. Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho de Administração da Maringá Previdência, ordinariamente, na sede da mesma, com a presença dos membros: Wilson Antonio Braz (Presidente), Damaris Gonçalves Josepetti (Secretária), Amilton Dantas, Douglas Galvão Vilardo, Edson Paliari, Hermes Salgueiro da Silva e Miguel Campanha Junior. Estiveram presentes, também, a Diretora Superintendente, Cinthia Soares Amboni, a Diretora Financeira e Previdenciária, Maria Silvana Barbosa Frigo, o Diretor de Administração e Patrimônio, Jansen Miliorini da Silva, e o Presidente do Comitê de Investimentos, José da Silva Neves. Iniciando os trabalhos, o Presidente agradeceu a presença de todos e colocou em discussão o Item 1 – Parecer do Comitê de Investimentos. Os conselheiros analisaram o parecer apresentado e tiveram suas dúvidas dirimidas pelos membros do Comitê de Investimentos presentes. A solicitação para a aquisição de títulos públicos direto do Tesouro Nacional foi aprovada por unanimidade. Quanto à solicitação para alteração para alocação do recurso no valor de R\$ 10 milhões para o Fundo Itaú Ações Dunamis, foi aprovada por unanimidade, com a ressalva de que só poderá ser efetivada se o resultado da análise da consultoria for positivo. Item 2 – Calendário para reuniões de 2019. O calendário apresentado pelo Presidente foi aprovado por unanimidade. Item 3 – Assuntos Gerais. A Diretora Superintendente informou sobre os emargos de declaração apresentado pelo ex-servidor Laércio Fondazzi, referente à incidência da respectiva gratificação sobre o Adicional de Tempo de Serviço. A Superintendente informou que o Chefe de Gabinete do Prefeito comunicou que o Prefeito só assinará a revisão dos proventos solicitados por outros servidores, após a decisão final do judiciário na referida ação judicial. O Conselheiro Edson Paliari discorreu sobre seu posicionamento sobre o referido processo, destacando o ciclo vicioso do mesmo. O Presidente concedeu o uso da palavra para a Procuradora Municipal Fernanda Leite Allegrini, para prestar esclarecimentos quanto ao parecer emitido no processo referente à incorporação da gratificação técnica nos proventos dos engenheiros. Ela esclareceu que o primeiro parecer emitido por ela foi no sentido de que deveria ser cumprida a decisão do Conselho de Administração. O segundo parecer dela foi referente aos pedidos administrativos de dois servidores, no sentido de que, como havia demanda

judicial por parte dos mesmos, ela deveria se valer à decisão administrativa, ou seja, como eles ingressaram no judiciário deveriam aguardar a decisão judicial. Outro ponto destacado por ela é que extensão da decisão não pode ser feita, pois isso não acontece nem na esfera judicial. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue devidamente assinada pelos conselheiros presentes.x.x.x.x.x.



Wilson Antonio Braz
Presidente



Amilton Dantas
Membro



Damaris Gonçalves Josepetti
Secretária



Douglas Galvão Vilardo
Membro



Edson Paliari
Membro



Miguel Campanha Junior
Membro



Hermes Salgueiro da Silva
Membro